

# Criticado o plano de reforma urbana

Reunidos anteontem à noite na sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil (seção de São Paulo), arquitetos e engenheiros consideraram "confuso" e "repleto de imperfeições" o anteprojeto de reforma urbana elaborado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, órgão do Ministério do Interior. O anteprojeto, que visa criar uma legislação uniforme e específica para questões sobre desenvolvimento urbano, dando à União poderes para legislar amplamente sobre a matéria, deverá ser encaminhado ao Congresso Nacional, para debates e discussões, no início do próximo mês.

O encontro de segunda-feira à noite foi o primeiro de uma série que o IAB-SP pretende promover para analisar e discutir o anteprojeto, reunindo subsídios que serão posteriormente encaminhados ao próprio Ministério do Interior e ao Congresso Nacional. Além dos debates entre arquitetos e engenheiros, a entidade pretende reunir subsídios de outros órgãos interessados na matéria.

O arquiteto Jorge Wilhelm, um dos expositores do primeiro encontro promovido pelo IAB-SP, embora tenha louvado a iniciativa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, considerou o projeto pouco claro em seus 56 artigos. Salientou que muitas das propostas formuladas implicam alterações na própria Constituição Federal, uma vez que retiram a competência dos municípios para legislar sobre diversas questões, passando-a para a União.

## UM LONGO CAMINHO

Cândido Malta Campos Filho, ex-titular da Coordenadoria Geral do Planejamento de São Paulo (Cogep), também expositor do encontro, destacou a importância da iniciativa e, embora tenha criticado a maneira "tímida" com que as autoridades federais abordam no anteprojeto a questão do desenvolvimento urbano, chamou a aten-

ção para as "duras batalhas que deverão ser travadas pelas partes interessadas para ver aprovado o anteprojeto". Campos Filho chamou a atenção para alguns artigos (sobretudo o 34: "Lei municipal, baseada em plano de uso do solo e respectiva legislação, poderá determinar a edificação ou a utilização compulsória de terreno urbano vago, fixando as áreas, condições e prazos para sua execução"). Para ele, isto vai frontalmente contra poderosos interesses imobiliários que, por sua vez, acionarão todos os meios de que dispõem para alterar, suavizar ou mesmo não aprovar o anteprojeto de reforma urbana.

O ex-titular da Cogep exemplificou citando a lei Lehman, que disciplinou a abertura de novos loteamentos urbanos, tornando obrigatória a colocação por parte dos incorporadores de melhorias como água, luz, guias etc, nas áreas a serem loteadas. Malta Campos lembrou que esta lei, "Pelos interesses econômicos que atingia, demorou mais de 10 anos para completar o caminho que vai de sua aprovação até a regulamentação final através das leis específicas".

Finalmente, o ex-titular da Cogep, hoje membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, lamentou o fato de o anteprojeto não ter incorporado a idéia do solo criado, seguindo a sugestão feita pelo então prefeito de São Paulo, Olavo Setúbal.

## SEGURANÇA NACIONAL

O arquiteto Roberto Cerqueira César, ex-titular da Secretaria dos Negócios

Metropolitanos no Governo Paulo Egídio, fez um relato sobre o agravamento das condições de vida nas grandes cidades, defendendo a adoção de medidas para disciplinar o desenvolvimento urbano e evitar as distorções existentes. Lembrou que quando estava à frente da Secretaria dos Negócios Metropolitanos, ordenou a realização de uma pesquisa que revelou que o pique do movimento de pedestres em São Paulo se dava entre 5 e sete horas da manhã, quando os paulistanos deixam suas casas e se dirigem para o trabalho. Lembrou, no entanto, que uma pesquisa mais recente revelou que uma parcela enorme da população de São Paulo começa a deixar suas casas às 3 horas da madrugada para se dirigir ao trabalho, ou seja, uma antecipação de duas horas em relação ao estudo anterior. Para Cerqueira César, esse é um exemplo bastante claro da deterioração da vida em São Paulo, ou seja, "cada vez mais pessoas gastam mais tempo no transporte de ida e volta do trabalho".

O arquiteto Cerqueira César afirmou que, caso esta situação persista, agravada pelo constante fluxo migratório do campo para as cidades, "no futuro poderemos enfrentar problemas seríssimos, com explosões de revolta das populações urbanas marginalizadas, com consequências imprevisíveis".

Destacou que a elaboração de uma lei de reforma urbana, rigorosa e abrangente, "forna-se aos poucos uma questão de segurança nacional", razão pela qual as autoridades federais começam a encarar o problema com seriedade.

Folha de S. Paulo, São Paulo, 10 fev. 1982. p. 13